



ISSN 2238-118X

CADERNOS CEPEC

V. 4 N.9 Setembro de 2015

A EXPANSÃO CAPITALISTA NOS TERRITÓRIOS: UMA REFLEXÃO A PARTIR DO MODELO DE OFERTA ILIMITADA DE MÃO DE OBRA

**Daniel Claudy da Silveira
Rogério Leandro Lima da Silveira**

Centro de Pesquisas Econômicas da Amazônia



CADERNOS CEPEC

Publicação do Programa de Pós-graduação em Economia da Universidade Federal do Pará.

Periodicidade Mensal – Volume 4 – Nº 09 – Setembro de 2015

Reitor: Carlos Edilson de Oliveira Maneschy

Vice Reitor: Horácio Shneider

Pró-Reitor de Pesquisa e Pós Graduação: Emmanuel Zagury Tourinho

Instituto de Ciências Sociais Aplicadas

Diretor: Carlos Alberto Batista Maciel

Vice Diretor: Manoel Raimundo Santana Farias

Coordenador do Mestrado em Economia: Sérgio Luis Rivero

Editores

José Raimundo Barreto Trindade - Principal

Sérgio Luis Rivero

Conselho Editorial Provisório

Armando Souza

Marcelo Diniz

Ricardo Bruno

Francisco Costa

José Trindade

Danilo Fernandes

Gilberto Marques

Sérgio Rivero

Gisalda Filgueiras

Márcia Jucá Diniz

*Comentários e Submissão de artigos devem ser encaminhados ao
Centro de Pesquisas Econômicas da Amazônia, através do e-mail:
jrtrindade@uol.com.br*

Página na Internet: <http://www.ppgeconomia.ufpa.br/>

Cadernos CEPEC
Missão e Política Editorial

Os Cadernos CEPEC constituem periódico mensal vinculado ao Programa de Pós-graduação em Economia do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas (ICSA) da Universidade Federal do Pará (UFPA). Sua missão precípua constitui no estabelecimento de um canal de debate e divulgação de pesquisas originais na grande área das Ciências Sociais Aplicadas, apoiada tanto nos Grupos de Pesquisa estabelecidos no PPGE, quanto em pesquisadores vinculados a organismos nacionais e internacionais. A missão dos Cadernos CEPEC se articula com a solidificação e desenvolvimento do Programa de Pós-graduação em Economia (PPGE), estabelecido no ICSA.

A linha editorial dos Cadernos CEPEC recebe textos de diferentes matizes teóricas das ciências econômicas e sociais, que busquem tratar, preferencialmente, das inter-relações entre as sociedades e economias amazônicas com a brasileira e mundial, seja se utilizando de instrumentais históricos, sociológicos, estatísticos ou econométricos. A linha editorial privilegia artigos que tratem de Desenvolvimento social, econômico e ambiental, preferencialmente focados no mosaico que constitui as diferentes “Amazônias”, aceitando, porém, contribuições que, sob enfoque inovador, problematize e seja propositivo acerca do desenvolvimento brasileiro e, ou mesmo, mundial e suas implicações.

Nosso enfoque central, portanto, refere-se ao tratamento multidisciplinar dos temas referentes ao Desenvolvimento das sociedades Amazônicas, considerando que não há uma restrição dessa temática geral, na medida em que diversos temas conexos se integram. Vale observar que a Amazônia Legal Brasileira ocupa aproximadamente 5,2 milhões de Km², o que corresponde a aproximadamente 60% do território brasileiro. Por outro lado, somente a Amazônia brasileira detém, segundo o último censo, uma população de aproximadamente 23 milhões de brasileiros e constitui frente importante da expansão da acumulação capitalista não somente no Brasil, como em outros seis países da América do Sul (Colômbia, Peru, Bolívia, Guiana, Suriname, Venezuela), o que a torna uma questão central para o debate da integração sul-americana.

Instruções para submissão de trabalhos

Os artigos em conformidade a linha editorial terão que ser submetidos aos editorialistas, em Word, com no máximo 25 laudas de extensão (incluindo notas de referência, bibliografia e anexos). Margens superior e inferior de 3,5 e direita e esquerda de 2,5. A citação de autores deverá seguir o padrão seguinte: (Autor, data, página), caso haja mais de um artigo do mesmo autor no mesmo ano deve-se usar letras minúsculas ao lado da data para fazer a diferenciação, exemplo: (Rivero, 2011, p. 65 ou Rivero, 2011a, p. 65). Os autores devem fornecer currículo resumido. O artigo deverá vir obrigatoriamente acompanhado de Resumo de até no máximo 25 linhas e o respectivo Abstract, palavras-chaves e Classificação JEL (Journal of Economic Literature).

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	6
1 O MODELO DE OFERTA ILIMITADA DE MÃO DE OBRA.....	7
1.1 Marco teórico: o modelo de oferta ilimitada de mão de obra e suas bases fundamentais	8
1.2 O modelo e o processo de internacionalização do capital	12
2 A EXPANSÃO CAPITALISTA NOS TERRITÓRIOS, A INTERNACIONALIZAÇÃO DO CAPITAL E SUAS ESCALAS DE (DES)ARTICULAÇÃO	16
2.1 Capitalismo e globalização: sua influência nos territórios.....	17
2.2 Escalas de des(articulação) nos territórios	21
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	26
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	28

A EXPANSÃO CAPITALISTA NOS TERRITÓRIOS: UMA REFLEXÃO A PARTIR DO MODELO DE OFERTA ILIMITADA DE MÃO DE OBRA

Daniel Claudy da Silveira¹
Rogério Leandro Lima da Silveira²

RESUMO

O estudo busca contribuir com as diferentes perspectivas em relação à ótica do desenvolvimento regional, com enfoque territorial em suas diversas escalas. Além disto, discute brevemente as definições de território, globalização e as suas territorialidades dentro do contexto econômico mundial, determinada pela expansão do capitalismo nos territórios. O texto proporciona uma breve contextualização em relação ao modelo de oferta ilimitada de mão de obra, proposto por Arthur Lewis, o qual conquistou prêmio Nobel de Economia em 1979, que tratou do processo de internacionalização do capital. Para a realização da pesquisa, foram utilizados materiais bibliográficos correspondentes às definições de território, globalização, territorialidades, desenvolvimento regional e internacionalização do capital sob a ótica do modelo de oferta ilimitada de mão de obra. Por fim, serão evidenciados os principais determinantes do atual contexto econômico mundial, no que tange o desenvolvimento regional e, os efeitos da internacionalização do capital sobre o processo de formação dos territórios, bem como suas escalas de análise, as quais são resultantes de (des)interações e de situações conflitantes e contraditórias nas últimas décadas.

Palavras-chave: Desenvolvimento Regional; Território; Modelo de Oferta Ilimitada de Mão de Obra, Internacionalização do Capital.

ABSTRACT

The study seeks to contribute to the different perspectives on the perspective of regional development, with a territorial approach in its various scales. In addition, briefly discusses the territory definitions, globalization and its territoriality in the global economic context, determined by the expansion of capitalism in the territories. The text provides a brief background regarding the unlimited supply of labor model, proposed by Arthur Lewis, who won Nobel Prize in Economics in 1979, which dealt with the capital's internationalization process. For the research, bibliographic materials were used corresponding to the territory of definitions, globalization, territoriality, regional development and internationalization of capital from the perspective of unlimited supply model for labor. Finally, the main determinant of the current world economic context shall be shown regarding regional development and the effects of the internationalization of capital over the process of formation of the territory and its scales of analysis, which are the result of (dis)interactions and conflicting and contradictory situations in recent decades.

Keywords: regional development; territory; model of unlimited supply of labor, the internationalization of capital.

JEL: O10; O15.

¹ Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade de Santa Cruz do Sul (PPGDR/UNISC) e Mestre em Economia e Desenvolvimento pela Universidade Federal de Santa Maria (PPGE&D/UFMS). E-mail: daniel.claudy@hotmail.com.

² Doutor em Geografia Humana pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Professor Titular do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade de Santa Cruz do Sul (PPGDR/UNISC). E-mail: rlls@unisc.br.

A EXPANSÃO CAPITALISTA NOS TERRITÓRIOS: UMA REFLEXÃO A PARTIR DO MODELO DE OFERTA ILIMITADA DE MÃO DE OBRA

INTRODUÇÃO

A análise histórica do desenvolvimento está vinculada de forma bastante íntima ao desenvolvimento do modo de produção capitalista. Neste sentido, o termo desenvolvimento sempre esteve atrelado à questão econômica de um país ou de uma determinada região. Os economistas estiveram preocupados em solucionar problemas relacionados ao crescimento econômico das nações e a reprodução do capital nas diferentes escalas produtivas. Assim, o desenvolvimento econômico é entendido como sinônimo de crescimento econômico, tendo como mola propulsora o modelo de produção capitalista.

Esta abordagem está principalmente vinculada ao conceito de crescimento econômico, atrelado intimamente ao termo de internacionalização do capital. Ou seja, as economias capitalistas, ao longo do tempo, encontraram barreiras que acabaram limitando a expansão de seu crescimento. Para contornar tal restrição, o modo de produção capitalista encontra um novo meio de expansão, que é o de explorar novos mercados, principalmente em relação aos meios de produção (como mão de obra e recursos naturais) em troca de capital. Isto, por si só, influenciou e modificou a formação dos territórios.

O conceito de território, conforme Flores (2006, p. 04), incorporaria a apropriação do espaço pela ação social de diferentes atores. Em outras palavras, o conceito de território incorpora o jogo de poder entre os atores que atuam num espaço. Como resultado desse jogo de poder, se define uma identidade relacionada a limites geográficos, ou ao espaço determinado. O território surge, portanto, como resultado de uma ação social que, de forma concreta e abstrata, se apropria de um espaço (tanto física como simbolicamente), por isso denominado um processo de construção social. No entanto, este processo de construção é constantemente modificado e influenciado pelo capital e seus detentores, em diferentes escalas.

Em tal arcabouço, o estudo busca resgatar o modelo de oferta ilimitada de mão de obra, de Arthur Lewis (1979), que analisou os países desenvolvidos e em desenvolvimento, tendo identificado uma dualidade entre eles. Segundo ele, há nesses países dois setores econômicos claramente diferenciados, o rural (pré-capitalista) e o urbano (capitalista). Esta análise está fundamentada em que a produtividade do trabalho

é muito maior no setor urbano do que no campo. Argumenta-se que o setor rural tem excesso de população e a produtividade do trabalho é muito baixa, enquanto que no setor urbano o produto marginal é elevado e crescente, estimulando a migração e absorção de mão de obra para este setor.

Enfim, o respectivo trabalho visa elucidar alguns aspectos em relação às reflexões teóricas acerca do desenvolvimento territorial e suas escalas (tensões entre o global e o local), de modo a identificar o processo de construção dos territórios, que são provenientes de questões históricas, culturais, sociais, econômicas e políticas dentro do regime de acumulação capitalista atual. Além disto, aborda o tema acerca da expansão capitalista nos territórios, de modo a suscitar uma reflexão desta expansão através do modelo de oferta ilimitada de mão de obra de Arthur Lewis.

1 O MODELO DE OFERTA ILIMITADA DE MÃO DE OBRA

Nesta seção é apresentado o modelo de desenvolvimento com oferta ilimitada de mão de obra de Arthur Lewis, de 1954. Arthur Lewis foi laureado com o Prêmio Nobel em 1979 por sua pesquisa pioneira em desenvolvimento econômico, com consideração particular para os problemas dos países em desenvolvimento. *Economic Development with Unlimited Supplies of Labour*, de 1954, é considerado seu trabalho mais importante. Nele, o setor capitalista, com tecnologia moderna e maximizador de lucro, existe em contraste com um setor pré-capitalista, com organização e tecnologia tradicionais e de subsistência (não-maximizador de lucro), ou seja, existe uma dualidade entre os setores capitalista e pré-capitalista.

Conforme Lewis (1954), no setor pré-capitalista (tradicional, arcaico, agrícola) existe oferta ilimitada de mão de obra, e a produtividade marginal do trabalho tende a zero. No setor capitalista (moderno), a produtividade marginal é substancialmente mais elevada. A dinâmica de maximização de lucro no setor moderno desloca a mão de obra do setor tradicional para o moderno, onde o salário é maior que o nível de subsistência. O processo continua, absorvendo trabalhadores do setor tradicional, até que as produtividades marginais dos dois setores se igualem, eliminando o dualismo.

No setor urbano, a produtividade do trabalho é muito maior do que no campo, onde há uma oferta de trabalho infinitamente elástica procedente das zonas rurais. O pressuposto básico do modelo de Lewis é que o setor rural tem excesso de população e

a produtividade do trabalho é muito baixa. A produtividade marginal do trabalho rural é praticamente nula, o que significa que a migração de trabalhadores do campo para a cidade não provoca diminuição do produto agrícola. O modelo é referente a uma mudança estrutural que explica como o trabalho transfere-se em uma economia dual, onde argumenta que o crescimento econômico requer mudanças estruturais na economia por onde o excesso de trabalho no setor agrícola tradicional, com baixo ou zero produto marginal, migre ao setor industrial moderno onde o produto marginal é elevado e crescente (LEWIS, 1954).

De acordo com Lewis (1954), esta transferência do excesso de trabalho das áreas rurais para as urbanas não tem nenhum efeito na produtividade agrícola, visto que o produto marginal dos trabalhadores rurais é igual à zero. Os lucros de empresa são reinvestidos. Crescimento significa trabalho para o excesso de trabalhadores rurais. Trabalhadores adicionais em áreas urbanas aumentam produção e conseqüentemente as rendas e lucros. Rendas extras aumentam demanda para produtos domésticos enquanto que o aumento dos lucros tende a financiar um maior investimento. Como consequência disto, a migração rural-urbana oferece um crescimento auto gerado.

Deste modo, nas próximas duas subseções, o modelo será dividido em duas partes: 1) marco teórico do modelo e suas bases fundamentais, e; 2) o contexto de internacionalização do capital. A primeira parte visa elucidar em quais pressupostos está alicerçada a base do modelo e, na segunda, as perspectivas do modelo frente à dinâmica econômica internacional de relações entre países, ou seja, o sistema capitalista atual.

1.1 Marco teórico: o modelo de oferta ilimitada de mão de obra e suas bases fundamentais

O modelo de oferta ilimitada de Arthur Lewis (1954), aceita as tradições e suposições da economia clássica. Os clássicos supuseram ou aceitaram que se verificava uma oferta ilimitada de mão de obra a salários de subsistência. Assim, questionavam de que modo se poderia aumentar a produção com o decorrer do tempo, e como resposta, encontraram seus pressupostos alicerçados na acumulação de capital, explicada pela análise da distribuição do rendimento.

Assim, os sistemas clássicos determinavam simultaneamente a distribuição do rendimento e o crescimento do mesmo, juntamente com os preços relativos dos bens como subproduto de menor importância. O interesse pelos preços e pela distribuição do

rendimento permaneceu na teoria econômica neoclássica, mas a oferta de mão de obra deixou de ser ilimitada e, já então, não se esperava que um modelo formal de análise econômica explicasse a expansão do sistema através do tempo. A mudança de hipóteses e de interesses foi adequada para a Europa onde, efetivamente, havia limitação na oferta de mão de obra e, tinha-se a impressão de que a expansão econômica poderia ser vista como algo automático. Por outro lado, na maior parte da Ásia, África e América Latina a oferta de trabalho é ilimitada e a expansão econômica não pode ser tida como garantida. No entanto, tais problemas atraíram poucos economistas na era neoclássica e durante quase um século não se fez nenhum progresso no tipo de economia que serviria para ilustrar os problemas dos países com excedentes populacionais (LEWIS, 1954).

Lewis (1954) argumenta que quando foi publicado o livro de Keynes (*Teoria Geral*), pensou-se que este esclareceria os problemas dos países com excedente de mão de obra, visto que supunha uma oferta de trabalho ilimitada. No entanto, as reflexões posteriores revelaram que o livro de Keynes não só supunha oferta ilimitada de trabalho, mas também, e principalmente, oferta ilimitada de capital e de terra. Isto era mais importante tanto em curto prazo, no sentido de que superada a restrição monetária, o limite real à expansão não está nos recursos físicos, mas na oferta limitada de trabalho, quanto em longo prazo, no sentido de que a expansão secular vê-se interrompida não pela escassez, mas por uma poupança tornada cada vez mais supérflua.

O modelo de oferta ilimitada de mão de obra está fundamentado sobre três elementos da tradição clássica: i) presença de uma oferta ilimitada de mão de obra e uma rigidez do salário, que seria uma das principais características da maioria das economias subdesenvolvidas; ii) o outro elemento inserido foi à divisão do trabalho de forma análoga a feita por Smith e os fisiocratas. A divisão proposta por Lewis particionava a massa trabalhadora em duas categorias, o trabalho capitalista (regido pelas leis do mercado) e o trabalho de subsistência (cuja alocação não é feita pelas lógicas da produtividade marginal), e; iii) o último elemento clássico incorporado foi uma dinâmica migratória similar à proposta por Malthus (onde um aumento do salário de equilíbrio gera um aumento da oferta de mão de obra), agora restrita ao setor capitalista (LEWIS, 1954).

É com esta dinâmica migratória associada à divisão do trabalho que justifica a existência de um excesso de mão de obra e a rigidez dos salários. Adaptando estas hipóteses, Lewis (1954) foi capaz de atualizar o modelo clássico, resgatando este paradigma para a resolução de um problema moderno. Neste novo modelo, o excesso de

oferta de mão de obra estaria estocado no setor atrasado e seria absorvido pelo setor capitalista à medida que este acumulasse capital. O acúmulo de capital deve ser acompanhado por aumentos salariais capazes de atrair uma parcela maior da mão de obra de um setor para o outro. Na dinâmica proposta por Lewis, estes aumentos de salário parecem ser pequenos e temporários, se não desprezíveis ou nulos.

Sobre esta estrutura básica, o modelo ainda resgata mais um importante elemento da teoria clássica: a relação direta entre lucros e poupança. É a partir desta relação, que se podem explicar as variações observadas na taxa de poupança entre países com diferentes níveis de desenvolvimento. As diferenças em taxas de poupança seriam explicadas a partir da variação nas taxas de lucro, uma vez que existiria um vínculo inequívoco entre estas e a poupança. Sendo assim, variações na taxa de poupança seriam explicadas pela maior ou menor participação do lucro na distribuição do produto dos diferentes países. Devido à dinâmica salarial do modelo, o lucro tenderia a crescer em um primeiro momento e se reduziria à medida que o excesso de mão de obra fosse sendo eliminado, sob a hipótese de uma economia fechada (LEWIS, 1954).

O modelo de oferta ilimitada de mão de obra pode ser visto como uma alternativa ao modelo de crescimento neoclássico. O modelo se diferencia de outros, tanto por focar sua atenção no caso especial das economias subdesenvolvidas, como por propor uma estrutura econômica especial e um mecanismo peculiar de transformação desta. O outro ponto de especial importância nesta diferenciação está na origem dos recursos a serem poupados. Alternativamente a proposta neoclássica, Lewis (1954) desvincula a poupança do consumo dos agentes. Além disto, é importante ser enfatizado a diferença na forma de acumulação de capital nestes dois modelos. No modelo neoclássico o capital está se aprofundando, fato que em conjunto com retornos marginais decrescentes limita a expansão do estoque de capital. No entanto, no modelo de Lewis o capital estaria se espalhando, absorvendo um excesso de mão de obra e, portanto, não estaria sujeito aos retornos marginais decrescentes dos fatores e não teria limite para sua acumulação. Neste modelo o limite imposto pelos retornos decrescentes dos fatores só entra em vigor a partir do momento em que o excesso de mão de obra é eliminado, ou seja, quando o processo de desenvolvimento for concluído, dentro de uma determinada região ou país.

Assim, a principal característica do modelo é a oferta ilimitada de mão de obra. Esta é determinada pelo total de trabalho aplicado no setor não capitalista e, a sua existência fixa os salários no setor capitalista, desvinculando estes do valor da

produtividade marginal do trabalho. Em Lewis, o excesso de mão de obra foi apresentado como possuindo produtividade marginal zero ou pelo menos desprezível. Este fato possibilita que a mão de obra seja extraída do setor pré-capitalista (arcaico ou rural) sem que haja perda significativa de produção. A principal consequência da presença de uma oferta ilimitada de mão de obra é a rigidez de salários no setor capitalista. Neste modelo, os salários não são determinados a partir da produtividade marginal do trabalho. O salário de subsistência é definido institucionalmente, dado pela remuneração normal no setor pré-capitalista. O setor capitalista usa este valor como base para a determinação do salário de subsistência. Ao salário de subsistência é acrescido um valor suficientemente grande para atrair os trabalhadores do setor pré-capitalista. Por simplicidade assume-se que a transferência do trabalhador de um setor para o outro é automática (LEWIS, 1954).

Na lógica proposta, a capitalização da economia é a locomotiva do desenvolvimento econômico. O aumento do capital por trabalhador é uma das principais forças, junto com o progresso técnico, na promoção do aumento do produto por hora/trabalhada. A rigidez dos salários é um elemento fundamental para o bom funcionamento do mecanismo de acumulação de capital. Assim, o salário está fixado por condições alheias ao mercado de trabalho, em que o volume de emprego produtivo é determinado a partir da igualdade entre a produtividade marginal do trabalho e o salário. Sendo o volume de capital fixo durante o período de decisão de contratação da mão de obra, o capitalista se encontra com uma curva de produtividade marginal do trabalho, que é decrescente. É a partir desta curva que o capitalista decide o volume de trabalho a ser contratado. Neste caso, a decisão de contratação de trabalho resulta em um coeficiente capital/trabalhador fixo. A parcela do excedente é apropriada na forma de lucro pelos capitalistas, e representa os recursos disponíveis para a acumulação de capital (LEWIS, 1954).

O salário do setor capitalista deve ser maior do que o do setor de subsistência. O prêmio pago pelo setor capitalista sobre o salário de subsistência reduz o volume de emprego a ser contratado pelo setor capitalista e a parcela de excedente que é apropriada pelo lucro é menor. Esta prática de prêmio sobre o salário de subsistência pode gerar migrações entre setores (pré-capitalista *versus* capitalista) bem como, gerar situações de desemprego no setor capitalista. Esse processo tem como resultado um aumento de salários pagos aos salários dos trabalhadores e por consequência uma redução na

acumulação de lucro pelos capitalistas. Pois à medida que a economia se capitaliza e o excesso de mão de obra diminui, o nível dos salários tende a aumentar.

Enfim, para Lewis (1954), os verdadeiros estrangulamentos do desenvolvimento econômico de uma região ou país é a disponibilidade de capital, de recursos naturais e principalmente de mão de obra. Deste modo, algumas das fórmulas para o aumento do potencial de mão de obra de um país são: aumento da taxa de natalidade, imigrações, ocupação para as mulheres, melhores condições de vida, redução da mortalidade em consequência da disponibilidade de serviços básicos, como saúde, educação, saneamento, básico, etc., que propiciem, no geral, um aumento demográfico populacional.

No entanto, no processo de expansão econômica, a chave é a utilização que se faz do excedente capitalista. Na medida em que este é reinvestido a fim de criar novo capital, o setor capitalista amplia-se, transferindo-se maior número de indivíduos do setor de subsistência para o setor capitalista. O excedente torna-se, então, ainda maior. A formação de capital aumenta ainda mais e, assim, o processo continua até que desapareça o excedente de mão de obra.

Na economia atual, os países que atingiram a escassez de trabalho veem-se cercados por outros que apresentam trabalho em abundância. Neste sentido, ao invés de nos concentrarmos em um país e examinar a expansão de seu setor capitalista - em uma análise de economia fechada -, consideremos agora esse país como parte do setor capitalista em expansão na economia mundial, globalizada, indagando de que modo à distribuição do rendimento dentro do país e a sua taxa de acumulação de capital são afetadas pelo fato de existir trabalho abundante em outros lugares, disponível a salários de subsistência, em uma análise de economia aberta, através da internacionalização do capital, considerando os pressupostos observados no modelo de oferta ilimitada de mão de obra.

1.2 O modelo e o processo de internacionalização do capital

A acumulação de capital encontra limites em sua expansão nos países desenvolvidos à medida que estas economias se deparam com uma barreira para seu crescimento, que é a saturação de recursos, que são base para o desenvolvimento econômico, tais como tecnologia, água, petróleo, mão de obra, terra, capital, entre outros.

Quando os países esgotam seus recursos e possibilidades de expansão de seu crescimento, com base nas suas reservas internas, eles buscam abrir sua economia e realizar trocas com o exterior de modo a ampliar suas possibilidades. Isto é ainda mais intenso quando consideram-se, os recursos naturais, trabalho e capital. Na medida em que os países, internamente, esgotam seus recursos ou que os seus custos elevam-se acima do patamar que permitam que a acumulação de capital ocorra de forma ampliada, buscam-se novas alternativas de expansão econômica, que garantam a remuneração do capital para o capitalista³.

Parte-se da ideia que com a internacionalização do capital, os países desenvolvidos busquem nas economias subdesenvolvidas oportunidades que se encontram estagnadas em seu interior. No caso, para garantir o processo de acumulação de capital, os países desenvolvidos buscam investir capital nos países subdesenvolvidos que são abundantes em mão de obra e recursos naturais, de modo a garantir a ampliação de seu capital, com retornos crescentes. Esta perspectiva corrobora com o modelo de desenvolvimento com oferta ilimitada de mão de obra. Como está posto até aqui, será considerada especificamente a variável mão de obra e o capital, no atual contexto da economia mundial, ou seja, do modelo de oferta ilimitada de mão de obra em uma economia aberta.

Em relação ao modelo, quando a acumulação de capital alcança a oferta de trabalho no interior de um país ou região, os salários começam a subir acima do nível de subsistência e o excedente capitalista vê-se afetado de modo desfavorável.

Assim, se o capitalista tiver problemas na acumulação de capital em seu país, pode evitar tal processo de dois modos: incentivando a imigração populacional ou exportando o seu capital para os países em que ainda existam excedentes de mão de obra a salários de subsistência. No entanto, nestes dois casos, a primeira alternativa não é geralmente usada pelo alto custo e dificuldade de realizar tal processo imigratório, enquanto que a segunda é amplamente utilizada e de fácil implementação no desenvolvimento econômico dos países, visto que a barreira para o capital é praticamente inexistente (LEWIS, 1954).

Conforme Lewis (1954), o que dá origem à exportação de capital não são, inevitavelmente, os lucros decrescentes dentro do país, ou os salários em aumento, mas

³ Quando consideramos a expansão do setor capitalista da economia, deve-se destacar que o tipo de capitalista que produz a expansão econômica não é mesmo que trata os seus empregados como criados. Este tipo de capitalista tem mentalidade mais comercial e é mais consciente da eficiência, dos custos e da rentabilidade, ou seja, da maximização dos lucros.

simplesmente o fato de que os países estrangeiros possuem diferentes recursos em diferentes graus de utilização, havendo, portanto, algumas oportunidades rentáveis para o investimento no exterior. Isto não depende nem mesmo de que a acumulação de capital tenha alcançado o excedente interno de mão de obra, pois mesmo quando continua a haver excedente interno de trabalho, a salários de subsistência, os investimentos no exterior podem ser mais rentáveis.

Não se deve, portanto, dizer que um país começará a exportar capital assim que a acumulação interna igualar a oferta de trabalho. Os países exportam capitais, por várias circunstâncias, e pode-se dizer que se o trabalho for escasso nesses países o efeito será a redução da procura de trabalho nos mesmos, evitando, assim, que os salários aumentem tanto como de um, quanto de outro modo. Assim, a exportação de capital tende a reduzir os salários dos países exportadores de capital (LEWIS, 1954).

De acordo com Lewis (1954), os investimentos mais produtivos são os realizados para acelerar a exploração dos recursos naturais de fácil acesso, como as terras férteis, o carvão, minerais e principalmente o petróleo. Nas partes bem desenvolvidas do mundo (no sentido de recursos) a principal oportunidade de investimento produtivo é a melhoria de técnicas, pois estes países encontram-se bem desenvolvidos no que diz respeito aos recursos, mas encontram-se subdesenvolvidos em seus métodos e técnicas. Por sua vez, a produtividade depende também do material humano. Embora a composição genética dos povos possa ser mais ou menos a mesma, no que se refere à produtividade potencial, a sua herança cultural é muito diversa. As diferenças no grau de alfabetização, nas formas de governo, nas atitudes frente ao trabalho e nas relações sociais podem implicar, em geral, uma grande diferença na produtividade. Esta perspectiva, guardadas as proporções, assemelha-se ao conceito de desenvolvimento regional, que considera que o processo de desenvolvimento está conectado a uma dinâmica de construção histórica, social, cultural, política, ambiental e econômica, que se constituem no núcleo de um determinado território ou região.

No entanto, os agentes econômicos consideram mais rentável e seguro investir nos países onde a atmosfera é capitalista do que em culturas totalmente diferentes. A produtividade de um investimento dependerá dos investimentos anteriormente realizados. Pode, portanto, ser mais rentável investir capital em países que já contam com grande quantidade de capital que em um “país novo”, porém, isto não é uma regra. Na realidade, existe uma tendência natural à diminuição da taxa de lucro numa economia fechada. Poder-se-ia dizer que, por mais baixa que seja essa taxa em outros

países, a da economia fechada deverá, em última instância, diminuir até alcançar o nível dos demais países, quando, então, deverá ter início a exportação de capital.

Os recursos de dois países não são exatamente iguais e não se pode supor que seja mais rentável investir em um país do que no outro. Pois, a rentabilidade do investimento em um país depende de seus recursos naturais, de seu material humano e da quantidade de capital já investido no mesmo. Porém, a produtividade do investimento de um país não depende somente de seus recursos naturais e humanos, mas também da eficiência de todos os setores econômicos. Isto depende, em parte, do grau de capitalização desta economia.

Conforme o modelo de oferta ilimitada de mão de obra, resumidamente, em um ambiente econômico com salário constante (de subsistência), o excedente capitalista aumentará continuamente e o investimento anual corresponderá a uma proporção crescente do rendimento nacional. No entanto, deve-se observar que isto não pode prosseguir indefinidamente. O processo deve ser detido quando a acumulação de capital tiver atingido o limite de população, de modo a não haver mais excedente de trabalho ou oferta ilimitada de mão de obra.

Enfim, a expansão do setor capitalista pode ser contida pelo não acompanhamento da produtividade (por saltos tecnológicos) que garanta a manutenção do excesso de mão de obra (exército industrial de reserva), que acabará gerando um aumento de salários do setor de subsistência, eliminando assim, gradativamente, a remuneração ampliada do setor capitalista. Porém, este processo reverso da expansão econômica do regime capitalista ainda está longe de ser verificado, culminando em uma crescente diversidade e disparidade de desenvolvimento nos territórios.

Na seção seguinte, é apresentada a expansão do setor capitalista nos territórios, considerando o contexto econômico atual de globalização, da internacionalização do capital e da (des)articulação entre escalas (local, sub-regional, regional, estadual, nacional, global...) no desenvolvimento territorial.

2 A EXPANSÃO CAPITALISTA NOS TERRITÓRIOS, A INTERNACIONALIZAÇÃO DO CAPITAL E SUAS ESCALAS DE (DES)ARTICULAÇÃO

A disseminação do modelo de produção fordista, no início do século XX, potencializou um fenômeno que foi forjado nos países líderes da revolução industrial: a concentração das atividades industriais em certas partes ou porções territoriais destes países, produzindo um problema comum às economias de todo o planeta, que acabaram acentuando as desigualdades regionais entre estes (OLIVEIRA E FERREIRA, 2013).

Tal movimento acabou gerando a divisão econômica entre as nações, que atualmente residem partilhadas em duas esferas⁴: países ou regiões desenvolvidas e países ou regiões em desenvolvimento. Dentro deste contexto, as regiões desenvolvidas são, geralmente, as mais industrializadas, que possuem especialmente grande volume de capital a disposição e, por consequência de recursos tanto naturais quanto humanos. No entanto, considerando o regime capitalista de produção, a expansão econômica depara-se com limites, que basicamente residem na finitude da exploração de recursos naturais e de recursos humanos (expansão demográfica, qualificação, capital social, produtividade, entre outros fatores). Deste modo, com tais limites, as regiões desenvolvidas abrem sua economia para o exterior, de modo a buscar preencher as lacunas que impedem a sua expansão econômica. Ou seja, para suprir a falta de recursos naturais e não naturais, as regiões desenvolvidas exportam seu capital (internacionalização do capital) para os países em desenvolvimento, que detém abundância em recursos naturais (água, petróleo, energia, terra...) e mão de obra, e que conseqüentemente, possuem deficiência na acumulação de capital, pesquisa e desenvolvimento, tecnologia e produtividade.

Assim, o capital, com a limitação interna de sua expansão, busca novos territórios para ampliar seu regime de acumulação. Estes novos territórios devem, sobretudo, ser abundantes em recursos naturais e humanos de modo a propiciar altos rendimentos aos detentores do capital. Neste sentido, normalmente as grandes corporações (por meio de empresas multinacionais e transnacionais) buscam territórios desarticulados, de modo a explorá-los de forma ampliada, tanto em relação aos recursos naturais quanto de mão de obra (que geralmente são abundantes nestes territórios), e que acabam representando em menor custo de produção para os detentores de capital. Para entender tal processo, precisa-se esclarecer aspectos referentes ao processo de

⁴ Estas, forjadas em territórios com grande heterogeneidade cultural, ambiental, política, social e econômica.

acumulação capitalista, a apropriação dos territórios pelo capital e suas escalas de des(articulação), que são abordadas na próxima subseção.

2.1 Capitalismo e globalização: sua influência nos territórios

O regime de acumulação capitalista, que é o modelo atual de reprodução, está muito vinculado ao termo globalização, onde se concebe os territórios como sendo homogêneos, coexistindo com fórmulas ou etapas de desenvolvimento (modelos determinísticos), não considerando os aspectos particulares de cada território. Neste sentido, têm sido alvo de muitas abordagens, feitas por diferentes autores e com diferentes interpretações. Conforme Santos (2001), a globalização pode ser dividida em três dimensões: a) como fábula (pela ótica neoliberal); b) como perversidade (como é de fato o modelo atual de produção); e, c) como outra globalização (como poderia ser considerando os interesses do conjunto dos países e da população mundial).

A globalização é um fenômeno, associado com os intercâmbios internacionais de bens e serviços e a internacionalização do capital e da produção. No entanto, o que caracteriza a forma atual da globalização é o fato de a internacionalização dos mercados e da produção estar ligada a informação e a utilização das novas tecnologias. Entretanto, a globalização é um processo vinculado ao território, não só porque afeta as nações e países, mas, sobretudo, porque a dinâmica econômica e o ajuste produtivo dependem das decisões de investimento e localização dos atores econômicos e dos fatores de atração de cada território. O processo de globalização é, portanto, uma questão que condiciona a dinâmica econômica das regiões e que, por sua vez, se vê afetado pelo comportamento dos atores locais.

O processo de globalização afeta os sistemas produtivos das regiões desenvolvidas e das regiões em desenvolvimento, em razão de sua dotação de recursos naturais e não-naturais e de sua forma de inserção (mais ou menos autônoma) nesta lógica.

Santos (2006, p. 192) argumenta que a tendência atual é no sentido de uma união vertical dos lugares. Créditos internacionais (ou seja, o capital) são postos à disposição dos países em desenvolvimento (mais pobres), para permitir que as redes se estabeleçam ao serviço do grande capital. Nessa união vertical, os vetores de modernização são entrópicos. Eles trazem desordem aos subespaços em que se instalam e a ordem que criam é em seu próprio benefício. E a união vertical – seria melhor falar de unificação – está sempre sendo posta em jogo e não sobrevive senão à custa de normas rígidas.

Mas os lugares também podem refortalecer horizontalmente, reconstruindo, a partir das ações localmente constituídas, uma base de vida que amplie a coesão da sociedade civil, a serviço do interesse coletivo. Com a especialização funcional dos subespaços, há tendência à geração de um cotidiano homólogo graças à interdependência que se estabelece horizontalmente. A partir de uma atividade comum, a informação necessária ao trabalho difunde-se mais fácil e rapidamente, levando ao aumento local da produtividade. Isso tanto é válido no campo, quando se formam áreas presididas por um ou por vários produtos agrícolas combinados, como, também, é visível em cidades que se especializam numa dada produção industrial ou de serviços (SANTOS, 2006).

Isto se verifica, por exemplo, com as empresas multinacionais e transnacionais (base lógica de verticalidade), que tem raízes em países e regiões desenvolvidas e, que buscam maximizar seus rendimentos com a exploração de recursos naturais e de mão de obra dos países e regiões em desenvolvimento. A instalação de empresas em territórios promissores (base lógica de horizontalidade), mas com pouco capital, é uma alternativa para crescimento de regiões atrasadas, no entanto, a estas regiões sobram apenas um volume irrisório de empregos e de impostos, enquanto que o lucro, proporcionado por tal regime de acumulação é remetido ao seu país ou região de origem. Há que se destacar que estes processos verticais e horizontais, estão ligados e interconectados sobre os territórios.

Santos (2006, p. 192) destaca que nas atuais condições, os arranjos espaciais não se dão apenas através de figuras formadas de pontos contínuos e contíguos. Hoje, ao lado dessas manchas, ou por sobre essas manchas, há, também, constelações de pontos descontínuos, mas interligados, que definem um espaço de fluxos reguladores. Enquanto que as horizontalidades são, sobretudo, a fábrica da produção propriamente dita e o *locus* de uma cooperação mais limitada, as verticalidades dão, sobretudo, conta dos outros momentos da produção (circulação, distribuição, consumo), sendo o veículo de uma cooperação mais ampla, tanto econômica e politicamente, como geograficamente.

Argumenta-se especificamente que a temática territorial do processo de desenvolvimento, nos últimos anos, vem sofrendo modismos diversos que geraram muitos desvios e deturpações. Porém, se encontra em um momento promissor para reafirmar nas agendas de pesquisa a natureza das hierarquias, hegemonias, tensões e conflitos, que são reforçadas em todas as escalas espaciais, e as determinações mais

gerais do movimento de acumulação de capital, cada dia mais explícitas, em sua manifestação territorial, e dimensionar a potência das coalizões contra-hegemônicas e forças contestatórias ao pensamento neoliberal e conservador (BRANDÃO, 2006, p. 02).

Brandão (2006, p. 02-03) considera que há uma importante literatura crítica que veio se desenvolvendo nas últimas décadas e que ficou enublada durante o período neoliberal. Essa produção científica tem procurado construir as mediações (históricas e teóricas) devidas entre a lógica de acumulação de capital, dos conflitos, coalizões e alianças de facções de classe em pauta, de um lado, e a construção social do espaço e do território, de outro. Esta literatura entende a complexidade do desafio, pois entre as transformações sistêmicas do desenvolvimento do capitalismo e suas repercussões na produção do território (manifestando-se em diferentes escalas), não pode haver determinações lineares e fáceis, reclamando-se estabelecer inúmeras mediações complicadas e delicadas entre estas duas dinâmicas.

A literatura internacional hegemônica vinha pregando um sentido inexorável de unificação e convergência do sistema capitalista, rumo a uma espécie de meta-tipo de experiência capitalista “monocultural” anglo-americano, que deveria pautar os ajustes dos que seguiam equivocadamente outras vias. Defendia a existência de uma tendência inexorável de convergência para algum “modelo ótimo” de capitalismo, negando a realidade que confirma cotidianamente a diversidade de estruturas institucionais, a pluralidade, a heterogeneidade e a divergência de formas e modos de organização sistêmica. Ao contrário da visão conservadora, que propugna um rumo pré-estabelecido a uma composição uniforme do capitalismo, com estruturas semelhantes, a realidade demonstra que há heteromorfia nas experiências históricas. O sistema capitalista é por natureza polimórfico, segue diferentes trajetórias e vias e, há constante polarização em suas estruturas e pugna reiterada de “estilos de desenvolvimentos” em aberto distintos. Há competição permanente de Estados-Territoriais e experiências diferenciadas de desenvolvimento, daí a necessidade do estudo de suas particularidades e do seu modo diverso de organização em cada contexto histórico, institucional, geográfico, etc. (BRANDÃO, 2006, p. 04).

De acordo com Brandão (2006, p. 09), analisando-se a lógica da acumulação, pode-se entender como o capital, por sua natureza tríplice, de ente antagônico/progressivo/contraditório se movimenta geograficamente, de modo simultâneo: 1) enquanto ser cego, auto-referido, em busca de autovalorização, baseado

em uma miríade de decisões autônomas e anárquicas, orientado pela máxima multiplicação de valor e retorno de suas aplicações e, 2) enquanto ser perceptivo com aguda e refinada hipersensibilidade discriminadora, contagiado por dispositivos distinguidores de diferenciações espaciais de natureza material, simbólico, institucionais, culturais, etc., ou seja, ao mesmo tempo é um indistinguidor/imediato/abstrato e um distinguidor/mediato/concreto.

O capital busca se tornar sujeito de todos os processos e transformar tudo em seu mero predicado, incluindo o território. Procura consolidar a atopia/distopia, a acronia e a aespacialidade. Contudo, tal desígnio não se dá sem tensões, ações recalcitrantes e contra-movimentos que procuram erguer projetos utópicos, reforçar historicidades e lutar pela construção coletiva de direitos aos territórios. Como contradição em processo e em movimento, o capital é, em sua essência, descomprometido com espaços específicos, sendo orientado apenas pela valorização máxima. As relações capitalistas organizam a valorização e a escala mundial e simultaneamente se estabelece e se posicionam em um dado lugar. O capital desconstrói barreiras e constrangimentos e erige outras continuamente (BRANDÃO, 2006, p. 09).

Para Smith (1988, p. 19), a natureza desigual da acumulação engendra contraditoriamente um espaço, ao mesmo tempo, uno (de busca de movimento uniformizador, de universalização da mercadoria) e múltiplo (desigual, heterogêneo e gerador de assimetrias). O capital não somente produz o espaço em geral, mas também produz as reais escalas espaciais que dão ao desenvolvimento desigual a sua coerência.

Infelizmente, em parte ponderável da literatura contemporânea, o território, que deveria ser visto como ambiente politizado, em conflito e em construção, é posto como reificado, ente mercadejado e passivo, mero receptáculo, onde se inscrevem os deslocamentos/movimentos. O que é fruto de relações sociais aparece como relação entre objetos. Há uma coisificação e o território parece ter poder de decisão e é transformado em sujeito coletivo. Por exemplo, por vezes, a capacidade endógena da localidade comunitária é colocada em primeiro plano, destacando seu alto poder de comando (BRANDÃO, 2006, p. 10).

Brandão (2006, p. 11) destaca que em contraposição a esta interpretação hoje hegemônica, a concepção teórica e metodológica adotada é a de produção social do espaço, dos conflitos que se estruturam e dos antagonismos que são tramados em torno do quadro atual e do ambiente construído. No território se debatem (podendo ser compatibilizados ou não) projetos e trajetórias em reiteradas contendas. O território é

unidade privilegiada de reprodução social, denominador comum, desembocadura, encarnação de processos diversos e manifestação de conflitualidades. A abordagem do território deve se afastar dos tratamentos que pensaram estruturas sem decisões de sujeitos ou atores sem contexto estrutural. Territórios são construções (sociais, discursivas e materiais), portanto, sua análise deve se basear na interação entre decisões e estruturas, nas articulações entre microprocessos, microiniciativas *versus* macrodecisões nas várias escalas em que se estruturam e se enfrentam os interesses em disputa.

Da mesma forma, há certo consenso no papel possível e desejável que deve ser desempenhado pelo território nesse contexto. Tratado devidamente como arena e campo catalisador, este pode assumir toda a conflitualidade inexorável e necessária à adequada pactação social pelo desenvolvimento. Assim, o território deve ser tomado como palco de conflitos, pressupondo a necessária construção permanente de canais institucionais, legitimação de interlocutores e de um espaço público de reflexão, mediação, barganha, incentivo ao diálogo e a constituição coletiva de diagnósticos de problemas e meios de seu enfrentamento compartilhado (BRANDÃO, 2006, p. 146).

Enfim, os territórios ora influenciam o todo, com seus processos particulares de construções sociais, políticas, ambientais e econômicos e, ora são influenciados pelo todo, o qual está estreitamente vinculado à lógica da globalização e ao regime de acumulação capitalista. Assim, ambos estão interligados e exercem tensões (como em um jogo de poder), que acabam repercutindo sobre as decisões tomadas nos territórios em diferentes escalas. Na próxima subseção é abordada a temática do desenvolvimento territorial e suas escalas de articulação.

2.2 Escalas de des(articulação) nos territórios

As escalas geográficas são níveis de análise do raciocínio espacial que permitem explicar, de modo ordenado, as complexas relações entre sociedade e natureza. A diferenciação e a articulação simultâneas das escalas geográficas constituem uma maneira eficaz para compreender as transformações que se processam no mundo atual.

Conforme Castro (2005), a escala é uma estratégia de aproximação do mundo real, um mecanismo de compreensão da realidade, por causa da impossibilidade de apreendê-la em sua totalidade.

No início do século XX, as escalas detinham-se entre nacional e internacional. Atualmente, este debate é dominado pela *escala local x escala global*. Também há uma

nova perspectiva que busca amparo em estudos empíricos e teorias fundantes das narrativas escalares (SWYNGEDOUW, 1997, *apud* VAINER, 2001).

Nesta perspectiva, Brandão (2007) aponta inicialmente que há uma vasta produção científica e acadêmica com o intuito de negar as hierarquias/escalas. Diante da concepção de que a relação é direta entre global e local. Segundo este “pensamento único”, com uma exagerada literatura localista (que invade o debate do desenvolvimento territorial, regional, urbano e local na atualidade), teria ocorrido o fim das escalas intermediárias (e das mediações) entre o local e o global.

Nos últimos anos, as escalas espaciais passaram a receber tratamentos analíticos mais precisos e sofisticados, para se legitimar como categoria chave nos estudos da dimensão espacial do desenvolvimento territorial. O foco do debate foi à investigação sobre a natureza das escalas espaciais no capitalismo. As escalas são inerentemente inexatas e dinâmicas. A escala espacial, socialmente produzida, deve ser vista como um recorte para a apreensão das determinações e condicionantes dos fenômenos sociais referidos no território. Ao mesmo tempo tomada como um prisma que permite desvendar processos sociais, econômicos e territoriais singulares. Mas escala também é arena política (BRANDÃO, 2011, p. 6).

De acordo com Vainer (2001), tem-se a ideia de transformar o global em uma esfera de luta política, com a existência ou a emergência de uma sociedade civil globalizada, para construir e fortalecer a cidadania global. As sociedades contemporâneas, a despeito das suas diversidades e tensões internas e externas estão articuladas numa sociedade global. Conforme Ianni (1997, *apud* VAINER, 2001), no sentido de que compreende as relações, processos e estruturas sociais, econômicas, políticas e culturais (ainda que operando de modo desigual e contraditório), as formas regionais e nacionais continuam a subsistir e atuar. No entanto, o que começa a predominar, e apresentar-se como determinação básica e constitutiva, é a sociedade global, a totalidade na qual pouco a pouco tudo o mais começa a parecer parte, segmento, elo, momento (VAINER, 2001, p. 141). Para alguns o que se assiste é a progressiva unificação do espaço global, simultaneamente causa e consequência da dissolução dos estados nacionais, e, para outros, a globalização é a extensão de um pequeno número de nações dominantes em pequenos mercados financeiros nacionais.

A tendência da atual realidade é de que haja uma supressão das escalas. Ou seja, que prevaleça uma tentativa de desarticulação das escalas e de um processo de homogeneização dos territórios, que se restringirá ao nível de análise há apenas duas

escalas, o local e o global. Neste âmbito, Vainer (2001) defende tal tendência dual entre local *versus* global, enquanto que Brandão (2007) argumenta contra tal interpretação do desenvolvimento dos territórios e suas articulações entre escalas.

Em seu trabalho, Vainer (2001) argumenta que, como contraposição ao global, há um processo de relevância do poder local, onde se aposta nas identidades locais, no patriotismo da cidade e no regionalismo. Deste modo, devem-se engajar as cidades na competição global e, assim, os governos tem o papel de atrair e promover a competitividade das empresas e oferecer base histórica e cultural para a integração dos indivíduos. Pretende-se difundir a proeminência da ação e do poder locais nos mais diferentes contextos sócio-territoriais. O local adquire a conotação de alvo sócio-territorial das ações e passa a ser definido pelo próprio desenvolvimento local integrado e sustentável.

Complementando, Brandão (2007, p. 38) destaca que há uma exagerada aposta na endogenia das localidades, em que o “local pode tudo”. Classes sociais, oligopólios, hegemonia, etc., seriam componentes, forças e características de um passado totalmente superado, ou a ser superado. Neste contexto, o conjunto de teorias que tratam do potencial “exagerado” dos locais, se pauta pela ideia de “vender a região ou a cidade”, com busca desenfreada de atividades a novos investimentos, melhorando o “clima local dos negócios”, subsidiando os custos tributários, fundiários e salariais dos empreendimentos, comprometendo muitas vezes em longo prazo as finanças locais – propiciando uma guerra entre os locais em busca de grandes empresas multinacionais e transnacionais.

Tal perspectiva corrobora com o processo de internacionalização do capital, onde o capital transita livremente sobre os territórios, os elegendo conforme forem melhores as condições de remuneração e de vantagens, considerando aspectos de isenções fiscais e de disponibilidade de mão de obra, recursos naturais, além de fatores históricos, sociais, políticos, econômicos e culturais, que são parte componente dos territórios. Não há dúvida, que considerando esta perspectiva, a tendência seja de homogeneidade maior dos territórios, com supressão de escalas, ficando reduzidas as tensões entre o local e global.

Porém, território, escalas e desenvolvimento são construtos sociais conflituosos – são produções humanas coletivas, dinâmicas, multidimensionais, contando com variados agentes e trajetórias históricas em disputa, em movimento processual e em aberto. Está-se diante de um campo complexo de determinações: paradoxos, tendências

e contraprestação de tendências, um jogo de negações e reafirmações que envolvem a enorme contradição dialética entre fixidez-fluidez do movimento concreto do capital e o uso que este faz do território em suas múltiplas e variadas escalas espaciais (BRANDÃO, 2006, p. 04).

Neste sentido, referendando a importância da análise do desenvolvimento territorial em múltiplas escalas, Brandão (2007, p. 52) argumenta que as teorias localistas são ingênuas e que elas não consideram as profundas determinações do regime social de produção (sistema capitalista). O referido autor afirma que o grande desafio é procurar responder questões intrigantes como: a) a atual onda de mundialização do capital subverteu e/ou aprimorou o uso que o capitalismo sempre fez das escalas espaciais? E, b) que papel desempenha neste novo contexto, o local, a região, o espaço nacional? A desindustrialização e as realocações regionais são impressionantes, fazendo surgir novas interdependências, vínculos mercantis e não mercantis, setoriais e territoriais, constituindo novas hierarquizações e enquadramentos, com novos fluxos de mercadorias, tornando impositivo o estudo das escalas. O exagero do localismo é uma resposta que se procura dar para o redesenho das fronteiras, ou até mesmo a extinção das fronteiras, e que ao invés de pensar no fim das escalas intermediárias é necessário atentar para o aperfeiçoamento do sistema capitalista e seus instrumentos, inclusive no manejo mais ágil das escalas e a capacidade de utilização do espaço construído.

Na crítica de Brandão (2007, p. 54), sobre a teoria localista, identifica-se uma crítica à visão dual, de que ou o mundo se estrutura em redes poderosas centradas em grandes empresas transnacionais ou em tecidos localizados de pequenas empresas. Esta dicotomia permite aos “localistas” tentativas de separatismos e enfraquecimento dos Estados nacionais, desintegrando inclusive o pacto federativo.

As escalas são determinadas por processos em sua essência conflituosos, pois em uma perspectiva transescalar, argumenta-se que o cidadão vive cotidianamente no mundo e no seu local (município, estado, país, região...). Assim, as escalas são produzidas em processos profundamente heterogêneos, conflituosos e contestados, ou seja, as escalas não estão dadas, elas são objeto de confronto e embates. Isto, então, trata-se de um processo social em construção. Qualquer projeto de transformação envolve, engaja e exige táticas em cada uma das escalas em que hoje se configuram os processos sociais, econômicos e políticos estratégicos. O que dá força as corporações multinacionais está menos na sua globalidade que em sua capacidade de articular as

relações nas escalas global, nacional, regionais e locais. Vale lembrar que não existem escalas para o capital, ou seja, ele transita em todas as escalas, com barreiras inexistentes para o seu controle.

Esta conjuntura gera certo consenso em relação ao pressuposto de que as empresas transnacionais se apoderam do lugar, em uma noção de subordinação, explorando os recursos disponíveis do local (mão de obra abundante e de subsistência, vantagens comparativas locais, recursos naturais, patrimônio histórico e cultural, político, econômico, ambiental...). Além disso, conforme Egler, Bessa e Gonçalves (2013), acabam-se deturpando a noção de multiescalaridade, agravando os problemas nos aspectos de coesão territorial⁵, policentralidade⁶ e sustentabilidade⁷, visto que o processo de expansão econômica e acumulação capitalista proporciona um direcionamento do capital para os grandes centros urbanos, criando um esvaziamento e graves problemas em relação às disparidades regionais, ou seja, ocasionando uma fragmentação territorial.

De acordo com Vainer (2007, p. 10), o processo de (des)estruturação que o capitalismo mundial causou e suas adequações nas nações, construiu uma espécie de aceitação da fragmentação territorial que consagra a acomodação subordinada às formas contemporâneas da globalização. Ainda, como vetor de fragmentação, temos a guerra dos lugares, que enfatiza a guerra fiscal entre estados e municípios, que resulta em uma inviabilidade de um pacto federativo e tributário, reforçando uma lógica de neolocalismo competitivo. O papel de mediar essas relações é do Estado Nacional que parece não ter condições, na atualidade, de fazê-lo. Portanto, a guerra dos lugares e seu processo de competitividade local, também é um vetor de fragmentação territorial.

Enfim, as ações visando o planejamento e o desenvolvimento territorial, necessariamente, precisarão ter uma articulação entre as escalas locais e as estratégias de ações nas demais escalas (sub-regional, regional, estadual, nacional, global...). É importante destacar que, quanto maior o número de escalas intermediadoras, tanto maior será a capacidade de criar mecanismos de resistência à escala global, pois quando

⁵ Colaboração, harmonia e equidade social, com pactuação dos agentes para o desenvolvimento de programas e projetos comuns, com redução dos custos de transação, negociações entre regiões (no sentido colaborativo e com maior representatividade), sustentabilidade (meio ambiente) e, buscando ações e políticas públicas de longo prazo.

⁶ Considera que os territórios estruturam-se em diversas escalas e interagem nas mais variadas escalas. Possibilita visualizar o desenvolvimento de determinado território ou região a partir das redes de cidades, dos núcleos urbanos e nos nós que conectam os núcleos e seu entorno e os núcleos a outros núcleos.

⁷ Garantia de manutenção das gerações atuais e da possibilidade de condições de vida para as gerações futuras, colocando a qualidade de vida e o planejamento como itens prioritários.

reduz-se a uma análise dual entre local e global, a segunda tende a dominar a primeira, de modo que sua estrutura e capacidade em relação à detenção e acumulação do capital (poder) são infinitamente maiores que a da escala local.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O respectivo artigo propôs uma reflexão sobre os aspectos da expansão capitalista a partir do modelo de desenvolvimento com oferta ilimitada de mão de obra, elaborado por Arthur Lewis, em 1954, e, além disto, ainda buscou resgatar considerações sobre a influência desta na formação dos territórios, em diferentes escalas de interação. Tais territórios estão articulados em uma rede de acumulação capitalista, que ganhou grande dinâmica após o processo de internacionalização do capital e globalização nas últimas décadas, principalmente a partir do Consenso de Washington, em 1989, que acabou estimulando e propagando a abertura de mercados através da queda de barreiras econômicas.

Isto posto, o desenvolvimento territorial ocorre em meio a uma guerra de poder (dual) entre a escala local e global. No entanto, Brandão (2007) argumenta que a escala local é detentora de forte potencial, devido as suas particularidades políticas, sociais, econômicas e culturais, mas esta escala é altamente dependente das outras escalas, tanto regionais e estaduais, quanto nacionais e globais. Deve-se trabalhar, portanto, as escalas e suas articulações, com intuito de construir e potencializar as particularidades de cada território, de modo a conter a sobreposição de poder da escala global sobre a local e as suas demais intermediações escalares.

Tal inter-relação pode ser explicada da seguinte forma. Por um lado, as grandes empresas transnacionais buscam o investimento em territórios onde há potencial de uso e exploração de sua atividade produtiva, dependendo de seu setor de atuação. Este potencial a ser explorado pode ser em relação a disponibilidade de recursos humanos e abundância de mão de obra a salários de subsistência, recursos naturais (petróleo, energia, água, terra...), localização geográfica (próximo a grande centros urbanos de consumo), recursos financeiros através de incentivos ou de isenções fiscais, clima, cultura, economia, ambiente político institucional, tecnologia disponível, entre outros aspectos relevantes. O global se apoderaria das vantagens locais de produção para sua acumulação.

Por outro lado, em alguns casos (em suma, na maioria deles) o local não possui a capacidade necessária para desenvolver suas potencialidades. Neste caso, o local é

limitado por aspectos como de investimentos financeiros, tecnologias, recursos humanos, ambiente político e institucional e econômico não-estáveis, que determinam uma insuficiência do local em desenvolver-se, dentro de uma ambiente econômico extremamente competitivo.

Um exemplo deste contexto reside nos parques tecnológicos, que partem de uma iniciativa local, e buscam em suma grandes empresas globais para reproduzirem-se na escala local. No entanto, em estas empresas se instalando em um parque tecnológico, tal movimento tende a provocar um efeito virtuoso em ambos os aspectos, que de certo modo, guardadas as proporções, poderão ajudar a escala local a apoderar-se de potencialidades antes não exploradas da escala global, que são basicamente de recursos financeiros, renda, investimentos, desenvolvimento de tecnologias, pesquisa e inovação, entre outros. Considerando esta contradição, deve-se enaltecer que os parques tecnológicos para terem sucesso precisam articular várias escalas. É necessário articular componentes de pesquisa dos parques tecnológicos, em diferentes lugares/territórios para que disseminem o desenvolvimento (tanto nas escalas local, sub-regional, regional, estadual, nacional e global; quanto nas dimensões tecnológicas, históricas, de capital social, de recursos humanos, econômicos, culturais, políticos...), criando desta forma um ambiente virtuoso, que potencialize os aspectos relevantes e competitivos de cada território ou de ambos os territórios, em suas diversas escalas.

Assim, o desenvolvimento regional, que não pode ser visto como um processo de endogenia exagerada, não reconhecendo essa complexidade social, deve ser um intermédio das escalas local e global, e esta deve ser alvo de ações políticas tanto nas escalas sub-regionais e estaduais quanto na escala nacionais, visando o fortalecimento das regiões e de seu processo de construção territorial, considerando suas especificidades culturais, econômicas, políticas, sociais e ambientais.

O contexto atual remete a necessidade de pensar, articular, propor e agir em diferentes escalas. Perceber as diversas escalas permite compreender os processos de coesão e/ou de fragmentação territorial, pois a dinâmica social no espaço é contraditória e reflete a (des)articulação de distintas escalas, proporcionada basicamente pelo regime de acumulação capitalista. Os objetivos devem ser articulados entre si. E, estes objetivos devem considerar a redução da desigualdade e melhorias das condições de vida dos trabalhadores de subsistência, oprimidos e explorados, por meio da transferência de recursos (materiais e simbólicos); o avanço e radicalização das dinâmicas sociais,

políticas, culturais para a constituição de sujeitos coletivos, e; o enfraquecimento dos grupos e coalizões dominantes (detentores de capital).

Enfim, a atuação em múltiplas escalas, a promoção e integração/articulação interinstitucional visando à consolidação de uma política de desenvolvimento territorial mostram-se tarefas complexas que somente podem ser alcançadas com capacidade técnica, robustez institucional, comprometimento coletivo e clara sinalização política que estabeleçam prioridades de curto, médio e longo prazo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRANDÃO, Carlos A. L. *As cidades da cidade*. Belo Horizonte: EDUFMG, 2006.

_____. Transversalidade, multiescalaridade e os desafios da legitimação das políticas regionais no Brasil. In: *Revista Política e Planejamento Regional*. Edição Especial, março, 2013. P.32-40. http://www.revistappr.com.br/politica_e_planejamento.pdf

_____. *Território & Desenvolvimento. As múltiplas escalas entre o local e o global*. Campinas: Ed. UNICAMP, 2007.

BRANDÃO, Carlos Antônio; MONTEIRO DA COSTA, Eduardo J.; e ALVES, Maria Abadia da Silva. Construir o espaço supralocal de articulação socioprodutiva e das estratégias de desenvolvimento – os novos arranjos institucionais. In: DINIZ, Clélio C. e CROCCO, Marco. *Economia Regional e Urbana – contribuições recentes*. Belo Horizonte: Ed.UFMG, 2006. p. 195-223.

BRANDÃO, Carlos Antônio. *Visões teóricas sobre desenvolvimento regional e a questão das escalas (mundial, nacional, subnacional e local) nas políticas regionais contemporâneas*. In: Curso Territorialidade e Políticas Públicas no Brasil. ENAP, Brasília, 2 de maio de 2011.

CASTRO, Iná Elias de. *Geografia e Política*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

CASTRO, Iná Elias de. O problema da escala. In: CASTRO I.E.; GOMES, P.C.C.; e CORREA, R.L. (Orgs). *Geografia: conceitos e temas*. RJ: Bertrand Brasil, 1995. p.117-140.

EGLER, Cláudio A. G.; BESSA, Vagner de C.; GONÇALVES, André de F. Pensar o território e a região: por uma agenda de desenvolvimento regional. In: *Revista Mercator*, Fortaleza, v. 12, n. 28, mai./ago. 2013. p.7-17. Disponível: <http://www.mercator.ufc.br/index.php/mercator/article/viewFile/965/482>.

FLORES, Murilo. *A identidade cultural do território como base de estratégias de desenvolvimento - Uma visão do estado da arte*. Santiago, Chile: RIMISP, 2006. Disponível: <www.rimisp.org/getdoc.php?docid=3702>.

KEYNES, J. M. *A teoria geral do emprego, do juro e da moeda*. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

LEWIS, Arthur. O modelo de desenvolvimento com oferta ilimitada de mão de obra. *Revista de Manchester School*, 1954. Disponível: http://www.adelinotorres.com/economia/W.%20Arthur%20Lewis_O%20desenvolvimento%20com%20oferta%20ilimitada%20de%20m%C3%A3o-de-obra.pdf.

MARX, Karl. *O Capital*. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

OLIVEIRA, Suzana D. R.; FERREIRA, Henrique Villa da C. *A política regional brasileira: proposta de modelo de governança para a elevação da PNDR a condição de política de Estado*. In: Anais VI SIDR. UNISC, agosto, 2013. P.1-16.

SANTOS, Milton. *A natureza do Espaço - técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: Hucitec, 2006.

_____. *Sociedade e espaço: a formação social como teoria e método*. Espaço e Sociedade. Petrópolis: Vozes, 1982.

SMITH, Adam. *A riqueza das nações*. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

SWYNGEDOUW, Erik. Globalización o glocalización? Redes, territorios y reescalamineto. In: Victor Ramiro Fernández e Carlos Brandão (Orgs.) *Escalas y políticas del desarrollo regional*. Buenos Aires: Ed.Mino Dávila, 2010. p.47-75.

VAINER, Carlos B. As escalas do poder e o poder das escalas: o que pode o poder local? *Anais do ENANPUR*, 2001. P.140-151. Disponível em: www.anpur.org.br/revista/rbeur/index.php/anais/article/.../2147/2100.

VAINER, Carlos B. Planejamento Territorial e Projeto Nacional: Os desafios da fragmentação. In. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*. V.9, nº 1, maio, 2007. P.9-23. Disponível em: <http://www.anpur.org.br/revista/rbeur/index.php/rbeur/article/view/167/151>.

Recebido para publicação em Janeiro de 2015.

Aceito para publicação em Agosto de 2015.